

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/90

A modernização administrativa constitui um grande objectivo nacional, em que todos devem estar envolvidos. O Governo, os dirigentes dos serviços, os funcionários e os próprios cidadãos utentes podem e devem ser agentes activos do processo de transformação de mentalidades e atitudes que tenha como referencial a prestação de serviços com eficácia e qualidade.

O Programa do Governo e as Grandes Opções do Plano contêm linhas de acção que apontam para a modernização e renovação dos serviços públicos. Estas acções, contudo, não podem ficar só entregues a um único responsável, por maior que seja o seu empenhamento e dedicação. Com consciência da necessidade de descentralizar as acções a desenvolver para a modernização da Administração Pública, o Governo assumiu a promoção de planos sectoriais de modernização administrativa, elaborados em cada ministério, procurando que tais planos constituam não só uma séria reflexão sobre as necessidades de cada departamento governamental nesta matéria, mas também um balanço do que já foi feito e do muito que certamente ainda se pode fazer para ir de encontro aos direitos dos utentes e às suas necessidades e expectativas.

Em articulação com a preparação e execução dos planos sectoriais de modernização administrativa, vai realizar-se o I Congresso da Modernização Administrativa, que constituirá um fórum de utentes, de dirigentes e funcionários, tendo em vista a troca de experiências e o debate de iniciativas, esperando-se que o mesmo constitua uma reflexão global sobre as tarefas da modernização e a síntese global da execução e impacto dos planos sectoriais de modernização administrativa.

Em sintonia com estas iniciativas, entende o Governo lançar o Dia Nacional da Desburocratização. Trata-se de instituir anualmente uma jornada especialmente consagrada à simplificação, facilitação e participação dos cidadãos utentes na actividade dos serviços; com ela procura-se sensibilizar e dinamizar vontades, promover iniciativas e mobilizar recursos, na perspectiva de que a Administração Pública tem de enfrentar com êxito os desafios que lhe são colocados e dar resposta positiva às exigências da modernidade.

Assim:

Nos termos das alíneas d) e g) do artigo 202.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolveu o seguinte:

1 — É instituído o Dia Nacional da Desburocratização, o qual coincide com a última quinta-feira do mês de Outubro de cada ano, com o fim de sensibilizar vontades, mobilizar recursos e promover iniciativas concretas no sentido da facilitação das formalidades exigidas aos utentes e da simplificação dos procedimentos administrativos.

2 — A coordenação da preparação do Dia Nacional da Desburocratização e das acções a empreender no seu âmbito é assegurada pelo Secretariado para a Modernização Administrativa.

3 — O Dia Nacional da Desburocratização em 1990 é o dia 25 de Outubro.

Presidência do Conselho de Ministros, 26 de Julho de 1990. — O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Decreto-Lei n.º 258/90

de 16 de Agosto

O desenvolvimento tecnológico nos diversos sectores de actividade profissional tem vindo a confrontar a Humanidade com a exigência de qualidades e capacidades específicas para o desempenho de tarefas cada vez mais complexas, que muitas vezes põem em risco a sua estabilidade psíquica e a sua segurança física.

A actividade aérea exercida pelo pessoal militar navegante enquadra-se nesses sectores de actividade, pois que para o cumprimento da sua missão específica, sujeita a grande esforço e penosidade, lhe é exigido um conjunto de capacidades pouco comuns no âmbito da resistência física e psíquica.

Contrariamente ao que se verifica noutros sectores de actividade das forças armadas, a constante evolução tecnológica das aeronaves tende a aumentar a exigência de maior capacidade de adaptação e o esforço das tripulações. Com efeito, o pessoal militar navegante está cada vez mais sujeito às agressões inerentes a violentas descompressões, acelerações e ruídos, factores que provocam, para além de um processo de desgaste contínuo, um envelhecimento focal sistemático.

Foi ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior, nos termos dos artigos 50.º e 51.º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro).

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido conjugadamente pelos Decretos-Leis n.ºs 184/89, de 2 de Junho, e 57/90, de 14 de Fevereiro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º É criado o suplemento de serviço aéreo.

Art. 2.º O suplemento de serviço aéreo é abonado ao pessoal militar considerado navegante, nos termos da lei, bem como ao pessoal navegante em preparação com destino aos quadros permanentes e ao pessoal que frequenta cursos de formação de pilotagem ou navegação com destino a pessoal não permanente.

Art. 3.º O abono do suplemento de serviço aéreo tem lugar quando se verifiquem as condições estabelecidas para o efeito na legislação especial reguladora de prestação daquele serviço.

Art. 4.º O montante mensal do suplemento de serviço aéreo é fixado por portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional e das Finanças, percentualmente ao escalão 1 da remuneração base de capitão, arredondado para a centena de escudos imediatamente superior.

Art. 5.º — 1 — Para efeitos de remuneração na reserva e pensão de reforma, o suplemento de serviço aéreo tem características de remuneração principal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 47.º do Estatuto da Aposentação.

2 — Para efeitos de cálculo da remuneração da reserva e da pensão de reforma, o percentual do suplemento de serviço aéreo a considerar é o do último posto em que este serviço foi desempenhado, não podendo o valor da parcela referente ao cálculo do abono deste suplemento ser superior ao valor do suplemento de serviço aéreo percebido por um general ou vice-almirante no activo.

Art. 6.º São revogados os artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 253-A/79, de 27 de Julho.